

Discurso, letramento e surdez

Geise de Moura Freitas

Graduada em fonoaudiologia, especialista em psicopedagogia e mestre em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, professora da Oficina de Leitura do SEF1/CAP-INES.

PROJETO BILÍNGUE PARA SURDOS E LETRAMENTO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CURRICULAR

Com a intenção de colaborarmos mais efetivamente com o processo de ensino da leitura/escrita dos alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação do INES, apresentamos à instituição no ano de 2009 um projeto de construção de uma oficina de leitura. Por *oficina*, partilhamos do conceito proposto por Souza Neto (2005, p.250): “local onde se exerce um ofício, com pessoas que comungam da mesma possibilidade de conhecimentos e habilidades, e onde se deve encontrar a matéria-prima para o trabalho que acontecerá”.

Nesse sentido, a oficina de leitura intenciona ser um espaço pedagógico onde professores, não-surdos e surdos, e assistentes educacionais em Libras - AELs compartilham o mesmo território linguístico com os alunos, ou seja, a Língua de Sinais é a língua dialógica, interacional que se constitui como base linguística para o ensino do Português em uma perspectiva de segunda língua.

O grande desafio que abraçamos é construir um ensino bilíngue para surdos em que todos os contextos de interação e aprendizagem sejam mediados pela Língua de Sinais (FERNANDES, 2006), ainda que saibamos que o projeto bilíngue é gestado em um ambiente escolar contraditório e permeado de tensão devido ao fato de duas línguas disputarem a hegemonia escolar.

Por acreditarmos e valorizarmos a Língua de Sinais no contexto escolar, a oficina de leitura do CAP/INES vem fazendo um esforço, contando com o respaldo institucional, para compor sua equipe com o maior número possível de profissionais surdos. Porém, esta preocupação não significa que tenhamos secundarizado o papel da aprendizagem da leitura e escrita da língua oficial de nosso país. Pelo contrário, uma de nossas lutas pedagógicas mais absorventes é fazer com que os alunos surdos sejam letrados em Português para que possam efetivamente exercer sua cidadania e construir ferramentas políticas para lutarem pelo direito de serem surdos e utilizarem a Língua de Sinais em seu processo educacional.

Não há negociações ou privilégios. Como minoria política usuária de uma língua sem status social, ou os surdos apropriam-se da escrita, ou seguem relegados à cidadania de terceira classe. (FERNANDES, 2006, p.6).

É com essa preocupação, isto é, inserir os surdos em práticas de letramento em ambas as línguas que, atualmente, trabalham na referida oficina três profissionais surdos, sendo uma professora surda, com formação em nível superior, e que assume as turmas com total autonomia, e dois AELs, graduandos do curso bilíngue de pedagogia do INES, que trabalham em turnos diferentes com uma professora ouvinte.

Esta equipe, em reuniões semanais, e em interlocução com a consultora em linguística e professora de Língua Portuguesa, além de planejarem conjuntamente as atividades pedagógicas também se propõe a refletir teoricamente sobre os modos pelos quais os aprendizes surdos se apropriam das duas línguas, Língua de Sinais e Língua Portuguesa, percebidas como fenômenos dialógicos e ideológicos contextualizados social e historicamente. Essa dialética teoria e prática é essencial para se perseguir um plus de qualidade na prática pedagógica.

Para isso nossa prática pedagógica é atrelada a uma perspectiva teórica sóciointeracionista em que o desenvolvimento da linguagem assume um papel de destaque por se constituir na base para a construção de todas as funções mentais superiores e conseqüentemente permitir o estabelecimento das relações sociais entre os sujeitos promovendo, desta forma, a produção e o compartilhamento de saberes. (VYGOTSKY, 1994).

Sendo, portanto, o processo ensino-aprendizagem construído na interação entre os pares, o mesmo não se faz de forma tranquila nem mesmo entre os profissionais surdos e não surdos, responsáveis pelas práticas pedagógicas. Os AELs e a professora surda constituem o modelo linguístico para os alunos e representam a afirmação de seus processos identitários. Já a professora não-surda é o representante da cultura ouvinte, letrada e hegemônica ainda que possua certa fluência em Libras. Porém, neste contexto educacional específico, ela representa o “outro”, o coadjuvante na relação dialógica permeada e perpassada pela Língua de Sinais, que não é sua primeira língua.

O que temos constatado é que visões de mundo diferentes dão lugar a lutas de poder no contexto escolar, ainda que estas não sejam plenamente conscientes ou intencionais. A prática pedagógica não fica imune a essa relação de forças, contraditória, conflituosa. No entanto, temos clareza de que abraçar um projeto inovador, como o projeto bilíngue, é se embrenhar no campo do desconhecido, em que tudo está para ser construído e o desconforto linguístico, por parte do professor ouvinte, não pode ser desconsiderado, ao contrário, deve ser enfrentado através de um processo dialógico.

Outro desafio que abraçamos e que também se constitui como uma prática relativamente recente é trabalhar com a perspectiva do letramento em Português percebendo que a prática escolar não se resume apenas ao domínio da tecnologia da leitura e escrita, mas, principalmente, ao uso dessas habilidades em práticas sociais reais.

Kleiman (2001), aprofundando o conceito de letramento, chama a atenção para o impacto na vida cotidiana da pessoa que passa a ser letrada:

Letramento é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Neste sentido, a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas para o indivíduo que aprende a usá-la. (p.17).

Nesse entendimento, a escola constitui-se como *lócus* privilegiado para a promoção do letramento. Podemos afirmar que o CAP/INES dissemina não só a Língua de Sinais, mas também uma cultura letrada em Português pelo uso social que se faz da leitura e da escrita no cotidiano escolar. Daí a nossa preocupação em considerar a linguagem escrita como eixo articulador de todo o currículo da educação básica, não ficando o seu ensino só a cargo dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e dos professores da disciplina Língua Portuguesa.

Partindo dessa premissa, desejamos que nossos alunos não só reconheçam as estruturas formais da língua como as incorporem efetivamente no seu dia a dia atendendo às demandas sociais. Daí a necessidade de um esforço conjunto do currículo escolar em um trabalho pedagógico que se estenda pelos anos subseqüentes e que é da responsabilidade de todos os professores da escola.

Com vistas a participar desse processo, a oficina de leitura vem contribuindo para que o aluno paulatinamente alcance uma maior familiaridade com as estruturas formais da Língua Portuguesa através do reconhecimento de seus códigos escritos. Sabendo-se que esse conhecimento se dá em uma perspectiva de ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, e tendo a clareza de que a Língua de Sinais permeia todo o processo educacional, assumimos nossa concepção de leitura enquanto prática social que remete a outros textos, comungando da visão de Kleiman (2008) que afirma que ao lermos “[...] colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que fomos criados”. (p.10).

É com esse entendimento que desenvolvemos atividades na oficina de leitura como: contação de histórias pelos AELs, e pelos próprios alunos, que desta forma vão utilizando suas narrativas para construir suas identidades enquanto surdos significando o mundo através de experiências visuais; leitura coletiva e individual de diferentes gêneros textuais (nas duas línguas) a partir de discussões de suas características e regularidades de estrutura discursiva e linguística bem como a criação e dramatização de histórias como forma de expressão de sentimentos, comportamentos e desenvolvimento de senso crítico.

Mas, principalmente, a oficina de leitura foi um espaço idealizado para motivar nos alunos o gosto e o prazer pela leitura, desenvolvida nas duas línguas, chamando-se a atenção para as diferenças morfossintáticas de cada uma delas.

Para tanto, as atividades procuram desenvolver nos alunos os seguintes objetivos específicos:

- Ter acesso a um amplo repertório literário;
- Conhecer e se familiarizar com diversos gêneros textuais;
- Desenvolver suas próprias estratégias de leitura;

- Automatizar estratégias de leitura que propiciem a compreensão dos textos;
- Ler coletivamente os textos que forem apresentados, desenvolvendo paulatinamente o seu senso crítico;
- Ler individualmente os textos, adquirindo progressiva autonomia nesta atividade;
- Participar de forma prazerosa de atividades sociais que envolvam a leitura;
- Conhecer as características próprias de cada gênero textual a fim de facilitar sua leitura;
- Observar a regularidade na estrutura discursiva e linguística dos diferentes gêneros textuais;
- Adquirir o hábito da leitura.

Ao planejamento das atividades e de seus objetivos, articulados a uma visão de ensino-aprendizagem, se impõe o desafio metodológico de criar estratégias de ensino que apresentem sentidos para a escrita através de processos simbólicos visuais para os discentes surdos.

Acreditamos, apoiados na empiria, sobretudo, devido à incipiência de nossas pesquisas científicas, que os alunos surdos podem ser letrados ainda que não estabeleçam relações entre letra e som, que não discriminem sílabas e que percebam as palavras somente enquanto uma unidade compacta.

Nesse sentido, o processo de letramento dos surdos acontece, segundo a observação de nossas experiências pedagógicas, de forma semelhante ao descrito por Sánchez (apud Fernandes, 2006, p.8):

A condição diferenciada dos surdos que aprendem a ler e escrever o Português sem passar pelo conhecimento fonológico da língua é denominada como a de “leitores não alfabetizados”. Isso significa que são leitores competentes em uma primeira língua não-alfabética e dominam a forma escrita de outra língua alfabética, sem conhecer os sons de suas grafias.

Passo a seguir a apresentar algumas atividades desenvolvidas na oficina de leitura que tiveram a intenção de inserir os alunos no processo de letramento das duas línguas que convivem diariamente: a Língua de Sinais e o Português, ambas necessárias para o atendimento de sua natureza bilíngue e da construção de sua cidadania e alteridade.

Referências Bibliográficas

KLEIMAN, Angela. *Oficina de Leitura: teoria & prática*, 12ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2008;

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor*. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 25, n.66, maio/ago, 2005;

KLEIMAN, Angela. *Programas de educação de jovens e adultos e pesquisa acadêmica: a contribuição dos estudos do letramento*. Educação & Pesquisa, São Paulo, v.27, n.2, jul/dez, 2001;

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. José Cipolla Neto e Luis S, Solange C. 5ª ed. In: COLE, Michael et al (orgs.). São Paulo: Martins Fontes, 1994;

FERNANDES, Sueli F. *Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos*. Curitiba: SEED, 2006;